

# Marca Industrial

Informativo do Sistema Federação das Indústrias do Estado de Goiás  
FIEG, SESI, SENAI, IEL e ICQ Brasil



## Sesi amplia atuação em Anápolis

O presidente da Fieg e diretor regional do Sesi, Pedro Alves de Oliveira, experimenta cadeira de dentista (*foto*), ao inaugurar sexta-feira, espaço destinado a atendimento nas áreas de saúde e segurança no trabalho e odontologia, no Sesi Jundiáí, em Anápolis. As instalações são compostas por quatro consultórios médicos, quatro salas para exames clínicos, um posto de coleta de material biológico e três consultórios odontológicos, além de salas administrativas e ampla recepção. O portfólio de serviços inclui agora exames complementares de eletrocardiograma, eletroencefalograma, espirometria e acuidade visual – antes realizados de forma terceirizada por laboratórios parceiros do Sesi.

## Perspectivas para o Brasil

Cenário econômico e perspectivas para o Brasil é o tema da palestra que o secretário executivo do Ministério da Fazenda, Dyogo Henrique de Oliveira, fará hoje, a partir das 14 horas, na Casa da Indústria. Na ocasião, serão abordados desafios e oportunidades para o País no próximo ano, informações relevantes para o planejamento de uma empresa. A iniciativa é da Fieg, com apoio do Fórum Empresarial, da Universidade Federal de Goiás e PUC Goiás. Informações pelo telefone (62) 3219-1325 ou pelo e-mail [januaria@sistemafieg.org.br](mailto:januaria@sistemafieg.org.br).

## NR 12, camisa de força

Em vigor desde dezembro de 2010, a Norma Regulamentadora nº 12, editada pelo Ministério do Trabalho, começou nos últimos meses a assustar a indústria, colocando o setor em rota de colisão com o governo. A NR muda radicalmente as exigências de segurança no manuseio de máquinas e equipamentos de todos os segmentos industriais. Sob justificativa de proteger o trabalhador, alinhando os padrões de segurança do País aos modelos praticados pelos países europeus, a norma, segundo os empresários, criou uma camisa de força para a indústria. O segmento produtivo reclama que a norma dá margem a interpretações subjetivas e cria um ambiente de insegurança jurídica, além de elevados custos de adaptação às novas regras. O custo inicial dos ajustes pode chegar à estratosférica conta de R\$ 100 bilhões, segundo a Confederação Nacional da Indústria (CNI), que se mobiliza pesadamente para reverter os efeitos da NR 12.